



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO  
VELHO PODER LEGISLATIVO**

**14ª LEGISLATURA - 56ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**ATA DA SESSÃO ESPECIAL**

**SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO**

**REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2025.**

Às quatorze horas do dia dezesseis de dezembro de dois mil e vinte e cinco, terça-feira, realizou-se a **Sessão Especial da Quinquagésima Sexta Sessão Legislativa da Décima Quarta Legislatura** da Câmara Municipal de Porto Velho, no Plenário Bohemundo Álvares Afonso, em sua sede própria, na Rua Belém, nº. 139, Embratel, nesta Capital, Estado de Rondônia, presidida pelo Vereador Marcos Combate. Após cumprimentar os presentes, convidou para tomarem assento à Mesa de autoridades: Dr. Pereira Mendes, defensor público; Raonir Gomes Pereira, psicólogo do Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região Ro; Giuseppina Maria Fulco, diretora da Associação da Casa da Família Roseta e coordenadora da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas, Freebacite - Ro; Davi Inácio dos Santos, presidente do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas e Superintendente Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária (SEPAT) ; Pastor Vanilsson Teles de Souza da comunidade Terapêutica, Geração Eleita e Lauro Fernandes da Silva Júnior Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico (Sedec). Após a mesa composta, cumprimentou as demais autoridades e a população presente. Logo após, invocou a proteção de Deus e deu início à Sessão Especial. Posteriormente, convidou a todos para acompanharem, de pé, a execução do Hino do Estado de Rondônia. A seguir, fez-se a leitura da **ORDEM DO DIA**, que tratou de Audiência Pública destinada a debater, junto às autoridades competentes, sociedade civil organizada e comunidade em geral a situação das **Comunidades Terapêuticas no tratamento de pessoas com dependência química**, considerando sua importância no apoio à recuperação e reinserção social, abordando legislação, financiamento, abordando legislação, financiamento, abordagens terapêuticas, papel na rede de saúde, em atendimento ao Requerimento nº 113/CMPV/2025, de autoria do Vereador Marcos Combate da Câmara Municipal de Porto Velho. Seguidamente, o vereador Marcos Combate iniciou sua fala agradecendo a presença de autoridades, representantes de comunidades terapêuticas, líderes religiosos, voluntários e integrantes de projetos sociais, registrando nominalmente os participantes e membros da mesa diretora. Destacou a importância da audiência pública, que tratou de um tema sensível: a situação de pessoas em situação de rua, especialmente aquelas com dependência química, e o papel fundamental das comunidades terapêuticas em Porto Velho. Ele ressaltou que igrejas e instituições filantrópicas vêm prestando um serviço relevante à população e ao poder público, contribuindo para a recuperação de indivíduos e, consequentemente, para a redução da criminalidade. Enfatizou as dificuldades enfrentadas pelos centros terapêuticos, que muitas vezes sobrevivem apenas de doações, e defendeu a necessidade de apoio financeiro do poder executivo municipal e estadual. O vereador mencionou a existência de programas estaduais voltados às comunidades terapêuticas, bem como uma emenda de sua autoria que criou um

núcleo de coordenação antidrogas, com recursos para auxiliar na internação e recuperação de dependentes. Também destacou que nem todas as pessoas em situação de rua são usuárias de drogas, havendo casos de vulnerabilidade social que exigem políticas públicas específicas, como moradia e oportunidades de trabalho. Por fim, afirmou que o objetivo da audiência pública a última do ano de 2025 foi construir estratégias conjuntas, sem críticas ou ofensas, fortalecendo parcerias com o governo do Estado de Rondônia. Informou que todas as falas seriam registradas e analisadas para subsidiar ações em 2026, com foco em ampliar o apoio financeiro e institucional às comunidades terapêuticas. Nesse momento abriu para a fala dos presentes.

Para fazer uso da palavra diretora-geral da Casa Rosetta, **Giuseppina Fulco** e coordenadora da Federação Brasileira da Comunidade Terapêutica; A diretora-geral da Casa Rosetta e coordenadora da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas, Giuseppina Fulco, agradeceu o convite e destacou a importância da audiência pública para o debate das políticas sobre drogas em Porto Velho. Informou que o município possui diversas comunidades terapêuticas, mas a maioria não recebe apoio financeiro do poder público municipal ou estadual. Explicou que, com a extinção da SEPOAD, a política sobre drogas passou a ser vinculada à área de saúde mental da Secretaria Estadual de Saúde, e que apenas uma pequena parcela das instituições possui credenciamento estadual. Apontou como principal dificuldade a falta de recursos financeiros, que impede a formalização e a profissionalização das comunidades terapêuticas, apesar do esforço dessas organizações, em sua maioria sem fins lucrativos e originadas em iniciativas religiosas. Destacou o papel da Federação em apoiar a capacitação e estruturação das instituições, citando a realização de cursos em parceria com o CONEPOD, embora reconheça que ainda são insuficientes diante da demanda. Defendeu como medida prioritária a atualização da legislação municipal sobre políticas públicas sobre drogas e a reativação do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas, órgão essencial para planejar, fiscalizar e executar ações de prevenção, tratamento e reinserção social. Ressaltou também a necessidade de criação e regulamentação do Fundo Municipal de Políticas sobre Drogas, condição necessária para o recebimento de recursos e bens apreendidos em ações de combate ao tráfico. Giuseppina enfatizou a importância de mapear a atuação e as necessidades das comunidades terapêuticas para subsidiar a construção de políticas públicas, a destinação de emendas parlamentares e o fortalecimento da estrutura física e técnica dessas instituições. Destacou ainda o caráter transversal da política sobre drogas, que envolve saúde, assistência social, educação e outras áreas, defendendo a participação integrada dessas secretarias no debate. Ao final, o vereador Marcos Combate agradeceu a contribuição, colocou seu gabinete à disposição para a construção de um projeto de lei municipal sobre políticas antidrogas e sugeriu o diálogo com o Executivo estadual para avaliar alternativas de uso social de imóveis desocupados, especialmente para acolhimento e reinserção social de pessoas em situação de rua. Em seguida, encaminhou a palavra ao secretário de Estado presente na audiência.

Para fazer uso da palavra **Davi Inácio dos Santos** presidente do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas e Superintendente Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária (SEPAT); O secretário Davi Inácio dos Santos, presidente do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas e superintendente da SEPAT, cumprimentou o vereador Marcos Combate e o parabenizou pela iniciativa e atuação na temática. Destacou que a política pública sobre drogas é complexa e transversal, ressaltando que o Conselho Estadual exerce o papel de órgão central de articulação, integração e coordenação entre os entes federativos, embora não seja executor direto das políticas. Ele enfatizou a importância do Conselho para a mobilização dos atores municipais, estaduais e federais, afirmando que a ausência dessa instância fragiliza ainda mais a política pública. Reconheceu o relevante trabalho das comunidades terapêuticas, relatando que, em levantamentos realizados no estado, foram identificadas instituições em

condições precárias, outras bem estruturadas e algumas com alto padrão, destacando que o que sustenta essas iniciativas, apesar das dificuldades, é o compromisso humano e social de seus dirigentes. O secretário afirmou que o Estado optou por não fechar comunidades terapêuticas que apresentavam fragilidades estruturais, entendendo que isso agravaría o problema social, aumentando o número de pessoas em situação de rua. Informou que atualmente o governo federal custeia 43 vagas, o governo estadual 136 vagas, e que o Município de Porto Velho não custeia nenhuma vaga, o que evidencia a necessidade de maior participação municipal no financiamento do atendimento. Davi Inácio relatou experiências pessoais para ilustrar a complexidade da dependência química, defendendo que ações assistencialistas isoladas não resolvem o problema e que o dependente químico necessita de tratamento integral, envolvendo saúde, acompanhamento técnico, suporte espiritual e reinserção social. Reforçou que é indispensável fortalecer as comunidades terapêuticas, ampliar o apoio estatal e avançar na regularização dessas instituições como condição para acesso a recursos públicos. Destacou que há iniciativas em andamento para reabrir editais de credenciamento estadual, permitindo a inclusão de comunidades que ficaram de fora, e reforçou a necessidade de regularização jurídica e administrativa das instituições. Ressaltou que a dependência química atinge todas as classes sociais e que a ausência de políticas eficazes impacta diretamente a segurança pública e as famílias. O secretário informou ainda que, a partir de decisão do governador, as comunidades terapêuticas passarão a ter assento no Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, sendo necessária a regulamentação da forma de representação. Explicou que o Conselho possui autonomia administrativa e orçamento próprio para funcionamento e fomento da política, mas não dispõe de recursos para repasses diretos às comunidades, salvo quando há destinação de emendas parlamentares. Por fim, colocou o Conselho Estadual à disposição para contribuir com o debate e reforçou a importância do compromisso conjunto do Estado, do Município e da União na consolidação de uma política pública sobre drogas mais eficiente e humanizada. Para fazer uso da palavra **Raonir Gomes Pereira**, psicólogo do Conselho Regional de Psicologia da 24ª Região; Raonir Gomes Pereira, psicólogo e representante do Conselho Regional de Psicologia da 24ª Região, iniciou sua fala destacando a satisfação em participar da audiência pública e esclarecendo que sua contribuição se dava a partir do posicionamento técnico e científico do Conselho Federal de Psicologia. Informou que atua desde 2012 na temática de álcool e outras drogas, com experiência direta no atendimento a pessoas em situação de rua e no trabalho em políticas públicas de saúde mental. Ele elogiou a atuação do vereador Marcos Combate, especialmente pela cobrança pela implantação do CAPS 24 horas em Porto Velho, ressaltando que a capital ainda não dispõe desse serviço essencial, apesar de haver financiamento federal desde 2011. Destacou que a ausência de atendimento noturno e contínuo deixa pessoas em sofrimento psíquico e em uso problemático de substâncias sem retaguarda adequada, justamente nos momentos de maior vulnerabilidade. O psicólogo explicou o funcionamento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), enfatizando que o cuidado às pessoas que usam drogas deve ser feito em liberdade, de forma territorial e integrada, envolvendo CAPS, atenção básica, hospitais, consultório na rua, urgência e emergência. Relatou sua experiência de anos em equipes de consultório na rua, ressaltando a importância da construção de vínculo, do respeito à dignidade humana e da adoção da política de redução de danos como princípio ético e técnico do SUS. Raonir afirmou que a psicologia não trabalha com uma lógica moralizante nem condiciona o cuidado à abstinência, defendendo que o atendimento deve ocorrer independentemente do comportamento do indivíduo. Ressaltou os princípios da integralidade e da equidade do SUS, destacando a necessidade de serviços com horários ampliados e estratégias diferenciadas para atender as especificidades de cada pessoa, inclusive aquelas que trabalham e não conseguem acessar os serviços em horário comercial. Ao tratar das

comunidades terapêuticas, reconheceu o esforço e a relevância do trabalho realizado, mas apontou limites quando essas instituições acabam suprindo falhas estruturais do Estado, como a falta de políticas de moradia, educação, qualificação profissional e geração de renda. Alertou que, sem enfrentar essas causas estruturais, o ciclo de exclusão social tende a se repetir, mesmo após a passagem pelas comunidades terapêuticas. Defendeu que a política sobre drogas deve ser pensada de forma ampla, laica, ética e constitucional, envolvendo diferentes áreas como saúde, assistência social, educação, trabalho e habitação. Colocou a psicologia à disposição para contribuir com o diálogo e a construção de caminhos que promovam cidadania, autonomia e inclusão social. Em resposta, o vereador Marcos Combate agradeceu a contribuição e reforçou o compromisso de seu mandato com a implantação do CAPS 24 horas em Porto Velho, destacando os altos índices de sofrimento psíquico e suicídio no município. Raonir complementou esclarecendo que, embora não haja obrigatoriedade legal direta, o critério populacional permite o financiamento federal e a qualificação do serviço já existente, sem a necessidade de construção de nova unidade. Para fazer uso da palavra **Dr. Lauro Fernandes**, Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico (SEDEC); O secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico, Lauro Fernandes, iniciou sua fala cumprimentando os presentes e parabenizando o vereador Marcos Combate pela realização da audiência pública, destacando a relevância e a sensibilidade do tema, que afeta diretamente toda a sociedade. Cumprimentou os representantes do governo estadual, das comunidades terapêuticas e demais participantes, reconhecendo a importância do trabalho desenvolvido por essas instituições em Porto Velho. Relatou sua experiência anterior junto ao antigo CONEN, hoje CONEPOD, quando participou de fiscalizações e visitas às comunidades terapêuticas em todo o estado, oportunidade em que pôde constatar de perto a dedicação, o cuidado e as dificuldades enfrentadas por essas entidades no atendimento a pessoas com dependência química. Enfatizou que o poder público precisa intensificar ações para apoiar quem está na linha de frente do enfrentamento às drogas. Compartilhou um relato pessoal sobre a perda de um irmão em decorrência da dependência química, ressaltando que o problema atinge inúmeras famílias e deve ser tratado como uma questão coletiva. Destacou que o Governo do Estado, sob a liderança do governador Marcos Rocha, tem fortalecido as políticas públicas de prevenção e combate às drogas, citando o PROERD como uma ferramenta importante de prevenção junto a crianças e adolescentes. Reconheceu as dificuldades financeiras enfrentadas pelas comunidades terapêuticas, muitas vezes dependentes de doações, e afirmou acompanhar de perto os desafios dessas instituições. Defendeu que a audiência pública representa um passo importante, mas que o debate precisa avançar para a construção de soluções práticas e contínuas. Como encaminhamento, destacou a importância da ocupação produtiva para pessoas em processo de recuperação, apontando que a falta de atividade contribui para recaídas. Apresentou como exemplo uma iniciativa da empresa Cairu, que desenvolve programas de trabalho dentro do sistema prisional, sugerindo a possibilidade de estender esse modelo às comunidades terapêuticas, gerando ocupação e recursos para as entidades. Propôs ainda o envolvimento do IDEP para capacitação profissional dos acolhidos. O secretário enfatizou a necessidade de integração entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil para fortalecer as comunidades terapêuticas e reduzir a permanência de dependentes químicos nas ruas. Colocou a SEDEC à disposição para colaborar com ações de capacitação e articulação institucional, reforçando o compromisso com a busca de soluções efetivas para o problema. Ao final, o vereador Marcos Combate agradeceu a presença do secretário e solicitou que fosse levado ao governador do Estado o pedido de retomada do núcleo da política sobre drogas e a redução da burocracia para atendimento às comunidades terapêuticas. O secretário comprometeu-se a encaminhar a demanda, juntamente com o secretário Davi Inácio. Para fazer uso da palavra **Dr. Elísio Pereira Mendes**, representante da

Defensoria e Defensor Público do Estado de Rondônia; O defensor público Dr. Elísio Pereira Mendes, representante da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, cumprimentou os presentes e parabenizou o vereador Marcos Combate pela iniciativa da audiência pública, destacando a importância do debate em um espaço democrático. Informou que participou do evento por designação do defensor público-geral e que atua como coordenador do Núcleo de Execuções Penais em Porto Velho, lidando diariamente com pessoas em extrema vulnerabilidade social que dependem do apoio das comunidades terapêuticas. Ressaltou que muitas dessas pessoas vivem em contextos históricos de exclusão social, pobreza e ruptura familiar, frequentemente associadas ao uso de drogas e à criminalidade. Criticou a falta de políticas públicas eficazes no sistema prisional, afirmando que, em regra, essas pessoas são esquecidas, saem dos presídios em condições piores do que entraram e sem qualquer perspectiva de reinserção social, o que torna ilusória a expectativa de ressocialização sem apoio estatal adequado. Ao tratar das comunidades terapêuticas, afirmou que a atuação da Defensoria Pública não é ideológica, mas centrada nas pessoas concretas, majoritariamente pobres, negras, em situação de rua e com sofrimento psíquico. Defendeu que qualquer política pública voltada ao cuidado de pessoas com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas deve respeitar integralmente os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, na Lei nº 10.216 e nos tratados internacionais de direitos humanos. Pontuou que a existência de comunidades terapêuticas não pode implicar privação arbitrária de liberdade, imposição religiosa, substituição da rede pública de atenção psicossocial ou relativização de violações de direitos. Reafirmou princípios essenciais como a voluntariedade do acolhimento, o consentimento livre e informado, o direito de ir e vir, o acesso à saúde, à convivência familiar, à informação e ao acompanhamento jurídico. Manifestou preocupação com situações em que há financiamento público sem fiscalização adequada, sem critérios claros de qualidade e em prejuízo do fortalecimento de políticas públicas estatais, como CAPS AD, atenção básica, moradia, trabalho e renda. Lembrou que há registros no país de graves violações de direitos em algumas comunidades, como retenção de documentos, práticas punitivas, isolamento forçado, trabalho não remunerado e restrições ilegais de contato com familiares e advogados, ressaltando que tais fatos não podem ser ignorados. Ao mesmo tempo, reconheceu e elogiou as comunidades terapêuticas de Porto Velho que atuam com respeito à dignidade humana e oferecem acolhimento a pessoas que muitas vezes não têm família nem alternativas de apoio. Defendeu que o debate não seja de simples negação ou legitimação automática dessas instituições, mas de responsabilização, transparência e controle social. Como encaminhamento, afirmou que o Estado não pode se omitir de sua responsabilidade e que, onde houver recurso público, deve haver laicidade, fiscalização contínua, acesso aos órgãos de controle e mecanismos efetivos de denúncia. Finalizou colocando a Defensoria Pública à disposição para contribuir com propostas concretas, como a definição de protocolos mínimos de direitos dos acolhidos, participação em comissões de monitoramento, inspeções regulares e produção de dados públicos, reforçando que cuidar não é punir, tratar não é isolar e recuperar não pode significar retirada de direitos. Para fazer uso da palavra a senhora **Lua Clara Fernandes**; Lua Clara Fernandes se apresentou como munícipe e profissional com trajetória no atendimento à população em situação de rua e a pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, com atuação na SENAD e, atualmente, no CNJ, no âmbito das medidas socioeducativas. Parabenizou a iniciativa da audiência pública e destacou o compromisso coletivo com a garantia de direitos dessas pessoas. Alinhada às posições já apresentadas pela Defensoria Pública, defendeu que as comunidades terapêuticas devem ser compreendidas como serviços suplementares e complementares, que não substituem as políticas públicas de saúde mental e de álcool e outras drogas no âmbito do SUS e da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Ressaltou a existência de vazios assistenciais significativos em Rondônia, como a ausência de CAPS 24 horas, a fragilidade das unidades de acolhimento e a insuficiência de serviços residenciais terapêuticos, o que evidencia a necessidade de fortalecimento da rede pública. Alertou para o risco de se deslocar a centralidade da política de drogas para as comunidades terapêuticas em detrimento das políticas nacionais já instituídas. Criticou associações simplificadoras entre uso de drogas, criminalidade e periculosidade, bem como a patologização dessas pessoas, defendendo uma abordagem baseada em evidências e em políticas transversais, como moradia, assistência social, saúde, trabalho, renda e escolarização. Destacou a importância de discutir o percurso pós-acolhimento, questionando para onde essas pessoas são encaminhadas após a saída das comunidades terapêuticas e como se dá a vinculação com os serviços do território. Reafirmou que o tratamento deve ser entendido como garantia de direitos fundamentais, inclusive para quem não deseja ou não consegue aderir à abstinência naquele momento. Concluiu defendendo espaços de participação social, inclusive com a escuta de usuários, e alertou para o risco de transferir às comunidades terapêuticas responsabilidades que são próprias do Estado e das políticas públicas de saúde mental. Em seguida, Giuseppina Fulco, representante da Casa Rosetta, fez esclarecimentos conceituais sobre as comunidades terapêuticas. Afirmou que se tratam de serviços de acolhimento transitório, voluntário e de adesão voluntária, sendo que qualquer forma de ingresso forçado descaracteriza a instituição como comunidade terapêutica. Ressaltou que existem serviços que se autodenominam comunidades terapêuticas sem atender a esses critérios, o que prejudica aquelas que atuam dentro do modelo legal e reconhecido. Reforçou que as comunidades terapêuticas integram a RAPS e não substituem outros serviços, como CAPS e unidades básicas de saúde, sendo comum inclusive o encaminhamento de usuários pelo próprio CAPS após o esgotamento das possibilidades ambulatoriais. Explicou que o público acolhido é específico e inclui pessoas oriundas do sistema prisional e em situação de rua, exigindo articulação com políticas transversais, especialmente da assistência social. Giuseppina enfatizou que não deve haver imposição de credo religioso, nem privação de liberdade, devendo ser respeitadas a individualidade, as crenças, os valores e a história de cada acolhido, que é livre para entrar e sair da instituição. Destacou que instituições de origem religiosa têm o dever de atuar de forma profissional, ética e baseada em evidências científicas, afirmando que a verdadeira caridade consiste em garantir e promover direitos. Finalizou afirmando que esses princípios são assumidos e preconizados pelas comunidades terapêuticas que atuam de forma regular. Para fazer uso da palavra a psicóloga **Laiane Bezerra**; Laiane Bezerra, psicóloga, destacou a importância de que os encaminhamentos da audiência pública sejam devidamente registrados, acompanhados e cobrados posteriormente do Poder Executivo. Como encaminhamento concreto, solicitou a verificação do quantitativo atual de profissionais que atuam nos dispositivos da política pública de álcool e outras drogas no âmbito municipal, especialmente psicólogos, psiquiatras e médicos. Ressaltou que não é possível fortalecer o sistema sem recursos humanos suficientes e que a falta de profissionais compromete diretamente o atendimento, citando como exemplo as longas filas de espera existentes no CAPS. Defendeu que seja solicitado formalmente ao Executivo municipal o levantamento desses dados e a inclusão desses profissionais nos próximos concursos públicos anunciados, uma vez que a carência de pessoal é um dos principais gargalos da política pública discutida na audiência. Na sequência, Raonir Gomes Pereira complementou o debate trazendo um panorama mais amplo da Rede de Atenção Psicossocial no município. Apontou que, além do CAPS AD 24 horas, existem outros dispositivos fundamentais da política de álcool e outras drogas que não estão implantados em Porto Velho, como a Unidade de Acolhimento (UA) para adultos. Explicou que esse serviço oferece acolhimento voluntário por tempo determinado, com foco na territorialidade, na

autonomia e na integração do usuário com a cidade, permitindo, por exemplo, o acesso ao trabalho e à escolarização durante o acompanhamento. Mencionou ainda que houve a construção de uma Unidade de Acolhimento Infantojuvenil, que não foi inaugurada, bem como de um Centro de Convivência no mesmo complexo do CAPS AD, também não inaugurado. Destacou que esses centros são espaços estratégicos para ações coletivas, convivência, desenvolvimento de potencialidades, arte, cultura e geração de cidadania, não necessariamente vinculados a diagnósticos específicos. Raonir reforçou a necessidade de que esses dispositivos também sejam incluídos nas cobranças institucionais, ao lado da implantação do CAPS AD 24 horas. Alertou, contudo, para o fato de que comunidades terapêuticas e a rede pública, embora coexistam, acabam concorrendo entre si quando o orçamento público é limitado, o que exige uma definição clara do modelo de política pública a ser priorizado. Por fim, enfatizou que o SUS e o SUAS são universais e devem acolher as pessoas independentemente de estarem sob efeito de substâncias ou em situação de recaída, dentro da lógica da redução de danos. Apontou que, diferentemente disso, as comunidades terapêuticas operam com critérios que podem excluir pessoas que não conseguem ou não desejam interromper o uso de substâncias naquele momento. Concluiu defendendo que os encaminhamentos da audiência busquem construir um modelo mais inclusivo, com portas abertas, e não mecanismos que acabem por reforçar exclusões. Para finalizar fez o uso da palavra o **Presidente desta Sessão, Vereador Marcos Combate**; O vereador Marcos Combate afirmou que a audiência pública não se limitaria a discursos, pois todas as informações apresentadas seriam registradas com o objetivo de gerar ações concretas. Reconheceu a ausência dos secretários de Saúde do Estado e do Município e informou que essa falha seria corrigida com a convocação de uma nova audiência pública, considerada essencial para o fortalecimento da política de atendimento, especialmente no que se refere ao funcionamento do CAPS 24 horas, ao acesso a psicólogos, psiquiatras e aos trâmites legais necessários para internação. Destacou a dificuldade de acesso a atendimento psiquiátrico na rede pública e os impactos negativos disso no processo de recuperação de dependentes químicos, que muitas vezes desistem do tratamento. Ressaltou a necessidade de maior participação do Município de Porto Velho, citando que o Estado tem avançado em contratações e que existem recursos federais destinados às comunidades terapêuticas para custeio e manutenção dos atendimentos. Como encaminhamentos, anunciou que em janeiro será solicitada uma nova audiência pública, com a participação dos órgãos de saúde, para aprofundar o debate. Informou ainda a intenção de discutir a criação ou fortalecimento de um conselho, bem como a elaboração de um projeto de lei municipal para regulamentar as políticas públicas de combate às drogas no município. Defendeu também a criação de mecanismos que permitam o enquadramento e a inclusão de comunidades terapêuticas que, embora não atendam a todos os critérios formais, prestam relevante serviço social. O vereador destacou que as ações devem priorizar o tratamento voluntário e que o fortalecimento das comunidades terapêuticas beneficia diretamente a população de Porto Velho. Por fim, anunciou a intenção de conceder moção de aplauso aos presidentes das comunidades e associações, agradeceu a presença de todos, desejou boas festas e reafirmou o compromisso de apresentar resultados concretos a partir da próxima audiência pública. Nada mais havendo a tratar, invocou a proteção de Deus, e encerrou a **Sessão Especial** às quinze horas e quarenta minutos. O inteiro teor da Sessão foi gravado, e os arquivos de áudios, farão parte deste documento. E, para constar, a presente ata, que, aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação.



Assinado por **Francisco Gedeão Bessa Holanda De Negreiros** - - Em: 17/12/2025, 13:01:29